



Galanteadores e Acesas: moralidade e relações de gênero nos “tipos populares” do escritor e jornalista João de Deus do Rego (Belém, 1893-1897)

Antonio Maurício Dias da Costa
(PPHIST/UFPA - PPGSA/UFPA - macosta@ufpa.br)

Resumo: Este artigo discute o emprego da noção de “tipo popular” a partir das crônicas publicadas pelo escritor e jornalista João de Deus do Rego nos jornais paraenses *Diário de Belém* e *Folha do Norte* da década de 1890, na capital do Estado do Pará, Brasil. A ideia de popular é tratada neste estudo como espaço de interlocução de literatos/jornalistas com mulheres e homens negros das classes trabalhadoras. Personagens de feição ficcional e, ao mesmo tempo, pessoas reais, os tipos populares de Rego trabalhavam de forma autônoma no mercado público ou nas ruas como vendedeiras, por exemplo, viviam experiências associativas (em irmandades religiosas e cordões festivos) e costumavam interagir com gente da imprensa interessada nas transformações sociais vividas na primeira década da república e do pós-abolição. Tal interlocução é identificada nas entrelinhas dos textos analisados, nos quais concepções de feminino, de vida amorosa e de honradez ligada à sexualidade tinham os seus sentidos negociados simbolicamente nos encontros diretos ou indiretos entre homens de letras e gente das classes trabalhadoras.

Palavras-chave: Literatos. Crônicas. Tipos Populares. Moralidade. Relações de Gênero. Belém.

Philanderers and Female Hotties: morality and gender relations in the “popular types” by the writer and journalist João de Deus do Rego (Belém, Pará, Brazil, 1893-1897)

Abstract: This article discusses the use of the concept of “popular type” based on the chronicles released by the writer and newsman João de Deus do Rego in the *paraense* newspapers *Diário de Belém* and *Folha do Norte* in the 1890’s, in the capital city of the Pará State, Brazil. The idea of the popular is considered in this study as a place of dialogue between literati/newsmen and black working-class women and men. Fictional-like characters and, at the same time, real people, Rego’s popular types worked autonomously in the public market or as saleswomen on the streets, for instance, lived experiences of participation in associations (in religious brotherhoods and festive guilds) and used to interact with journalists interested on the social transformations experimented in the first decade of the republic and the post-emancipation of slavery. Such interchange is identified between the lines of the texts considered, in which the concepts of feminine, of love-life and of honor related to sexuality had their meanings symbolically traded in direct and indirect contacts between *hommes de lettres* and working-class people.

Keywords: Literati. Chronicles. Popular Types. Morality. Gender Relations. Belém.

Galanteadores e Mujeres Calientes: moralidad y relaciones de género en los “tipos populares” del escritor y periodista João de Deus do Rego (Belém, Pará, Brasil, 1893-1897)



Resumen: Este artículo analiza el uso del concepto de “tipo popular” a partir de las crónicas publicadas por el escritor y periodista João de Deus do Rego en los periódicos paraenses *Diário de Belém* y *Folha do Norte* en la década de 1890, en la capital del Estado de Pará, Brasil. La idea de lo popular se considera en este estudio como un lugar de diálogo entre literatos/periodistas y mujeres y hombres negros de clase trabajadora. Personajes de ficción y, al mismo tiempo, personas reales, los tipos populares de Rego trabajaban de forma autónoma en el mercado público o como vendedoras en la calle, por ejemplo, vivían experiencias de participación en asociaciones (en hermandades religiosas y gremios festivos) y solían interactuar con periodistas interesados en las transformaciones sociales experimentadas en la primera década de la república y la post-emancipación de la esclavitud. Tal intercambio se identifica entre líneas de los textos considerados, en los que los conceptos de femenino, de vida amorosa y de honor relacionados con la sexualidad tuvieron sus significados intercambiados simbólicamente en contactos directos e indirectos entre hombres de letras y gente de clase trabajadora.

Palabras-clave: Literatos. Crónicas. Tipos populares. Moralidad. Relaciones de Género. Belém.

Os Tipos Populares: a construção do tema literário

Na edição do dia 11 de julho de 1886 do *Diário de Belém* (p. 2) veio à lume na seção “folhetim” do periódico o conto *A Mameluca*, de autoria do escritor negro João de Deus do Rego. A narrativa destacava personagens muito bem definidos racialmente: um pescador, Manoel, apresentado como “velho caboclo”; sua sobrinha, Maria, anunciada como “mameluca”; e um “europeu regatão”, Joaquim, sempre referido como “branco”. Era, aliás, desse modo que o pescador se dirigia, na história, àquele que ele salvara de um naufrágio na proximidade de sua casa ribeirinha.

Recolhido à humilde habitação do pescador, o branco recebeu cuidados de saúde e alimentação e atraiu a atenção de Maria, que por ele se apaixonou. O hóspede mostrava indiferença pela mameluca, mas isso seria temporário. O autor fazia questão de destacar que a jovem tinha perdido a mãe e que, por isso, estaria indefesa diante dos “espinhos fatais da sedução”.

Joaquim ansiava retornar à cidade, cansado da monotonia da beira de rio onde se encontrava. Num dia qualquer, ao se deparar com as aparentes curvas dos seios de Maria, enquanto ela ralava mandioca, o branco decidiu seduzi-la. Mais tarde, após a consumação da sedução, o hóspede foi positivamente surpreendido com a notícia de que uma lancha a vapor estava fundeada nas proximidades por conta de falta de lenha. Após o reabastecimento, Joaquim embarcou em direção à cidade, sem despedir-se do velho caboclo e com total desinteresse pela mameluca. Manoel



deduziu, nesse momento de partida, a desonra sofrida por sua sobrinha, quando ela perguntava com os olhos espantados: “O branco, onde está o branco?”.

Este conto de Rego foi publicado no segundo ano de sua atuação no *Diário de Belém*, primeiro veículo de imprensa em que trabalhou e que se tornou sua porta de entrada no mundo das letras na capital paraense a partir de 1885. É certo que as temáticas da desigualdade racial e do declínio moral, presentes no texto, têm relação com a experiência de vida do autor. João de Deus era de origem pobre, filho de uma mulher negra livre (Maria Barbosa da Cunha Rego), mas de pai desconhecido. Nascido em Caxias, no Maranhão, em 1865, a mãe o trouxera aos cinco anos de idade para Belém, vindo a falecer nessa mesma cidade em 1902 (Pinheiro, 2010, p. 25).

Rego foi autor do livro de poemas “Primeiras Rimas”, lançado em 1888, e de vários versos de feitiço romântico divulgados em jornais paraenses do final do século XIX. Sua obra póstuma, “Últimas Rimas” (1905), resultou da reunião de poemas espalhados nas folhas da imprensa e veio a público como homenagem feita por amigos. Foi um dos dois literatos negros (ao lado de Natividade Lima) fundadores da associação Mina Literária (1895) e da Academia Paraense de Letras, ambas com sede em Belém. Além da atividade literária, trabalhou como redator de diversos jornais e revistas paraenses (Meira; Ildone; Castro, 1990).

A questão central neste artigo é investigar a produção sociocultural do gênero, com base em práticas e percepções de literatos e de seus personagens negros, como atribuição de significado derivada de relações de poder, as quais efetivamente envolviam desigualdades de classe e de raça (Scott, 1986, p. 1065, 1067, 1069). O caminho adotado é o de analisar a noção de popular como um campo em aberto na interlocução de literatos com mulheres e homens negros das classes trabalhadoras, presentes em suas crônicas. Personagens literários e, ao mesmo tempo, pessoas de carne e osso (diferentemente da “mameluca” Maria), eles se confrontavam diariamente, em espaços de trabalho e de lazer, com diferentes padrões de moralidade ancorados em atribuições de gênero.

Como aponta Zalla (2022, p. 61), a crônica é um gênero jornalístico que constituía, em fins do século XIX, uma expressão de modernidade literária nos jornais e revistas brasileiros. Nela, ocorria o tratamento estético de personagens populares na forma de tema literário, enquanto em outras seções dos jornais, como em notícias

e reportagens, estes mesmos sujeitos seriam mencionados sem preocupação artística específica.

O foco desta pesquisa são as crônicas produzidas pelo poeta e jornalista João de Deus do Rego voltadas para o que ele definia como “tipos populares”, isto é, mulheres e homens negros que trabalhavam em feiras, em mercados de Belém, em casas particulares, que dirigiam irmandades religiosas e cordões festivos. Sete anos mais tarde depois do lançamento do conto *A Mameluca* no *Diário de Belém*, Rego publicou, entre 23 de maio de 1893 e 13 de maio de 1897, dez textos para a seção folhetim dos jornais *Correio Paraense* e *Folha do Norte* em que pessoas do povo figuravam como protagonistas.

O *Correio Paraense* teve vida curta. Esteve em atividade entre 1 de maio de 1892 e 21 de junho de 1894, com um total de 619 edições. Por conta de sua linha editorial de perfil libertário e socialista, o jornal de Bento Aranha II¹ foi suspenso entre 18 e 25 de março de 1894 por empastelamento cometido pela polícia do governador Lauro Nina Sodré (Salles, 2001, p. 65, 117-118, 162). Aranha II se apresentava como proprietário e único redator do jornal, o que certamente era uma forma de proteger os seus colaboradores que temiam ser perseguidos pela oligarquia política que dominava o estado.

Já a *Folha do Norte*, fundada em 1896 por um político e jornalista (Eneias Martins) e um político, médico e jornalista (Cipriano Santos), se apresentava como “jornal de circulação diária, independente, noticioso, político e literário”. O diário se alinhava politicamente ao militar e líder republicano Lauro Sodré, que manteve longa e bem-sucedida carreira política no Pará entre os anos de 1891 e 1921 (Lacerda, 2006, p. 8) (Pinheiro, 2010, p. 26).

Mas, voltemos a João de Deus do Rego. Além de ser, como já dito, um homem negro, poeta e jornalista, o autor participava em um cordão de pastorinhas, cuja fundadora, conhecida como tia Chica, fora um dos tipos populares por ele apresentado

¹ Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha II (1841-1919) foi jornalista, político, poeta e historiador paraense que construiu sua carreira entre o Pará e o Amazonas. Foi responsável pela publicação de diversos jornais e revistas de orientação socialista e identificados com as causas do operariado. Além do trabalho jornalístico, desenvolveu atividade intelectual diversificada ao produzir textos de história política, biografia e estudos sobre a geografia da região Amazônica. Foi associado a instituições como o Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM) e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Ver Pedrosa (2021).



na *Folha do Norte*. É provável que a relação próxima com gente como tia Chica² e as demais integrantes do cordão tenha inspirado a ideia do periodista de descrever a série de personagens tidos por ele como populares, pelo fato, provavelmente, de serem por ele vistos como representativos do universo das classes trabalhadoras da Belém de fins do século XIX.

Estes homens e mulheres participavam da vida urbana da cidade no início da república como trabalhadores que, na maioria, estavam fora do mercado de trabalho formal. O estado de ocupação indefinida os colocava sob uma condição de marginalidade (Velloso, 2004, p. 25). Tal como acontecia na Capital Federal na época, em função desse quadro de subalternização, pessoas como as descritas por Rego teciam seus vínculos de pertencimento em contextos marcados pelo convívio na atividade laboral, nas experiências coletivas de devoção religiosa e em momentos festivos. Nestes, atuavam na organização de formas de expressão artística, tais como os cordões de pastorinhas³, por exemplo.

Tratemos dos dez folhetins publicados por João de Deus no *Correio Paraense* em 1893 e na *Folha do Norte* nos anos de 1896 e 1897. Neles figuram como personagens, em geral, homens e mulheres negros e mestiços, de meia idade e idosos. Seguem aqui os apresentados na *Folha do Norte*: tio Angélico, vendedor de frutas, ervas medicinais e mágicas (edição de 30 de abril de 1896); mestre Leopoldino, pedreiro e barbeiro (edição de 3 de maio de 1896); tia Matilde, vendedora de peixe (edição de 7 de maio de 1896); tia Carolina, ex-escravizada, rezadeira, cartomante e curadora (edição de 10 de maio de 1896); mãe Faustina, parteira (edição de 17 de maio de 1896); tia Chica, ex-escravizada (edição de 28 de março de 1897); Marcos de Brito, diretor de cordão de pastorinhas (edição de 13 de maio de 1897).

No *Correio Paraense*, foram publicados também por Rego os folhetins sobre tia Carolina (edição de 23 de maio de 1893), tia Matilde (2 de julho de 1893) e mestre Leopoldino (4 de julho de 1893). A primeira delas recebeu o título provisório de

² A quem João do Rego teria conhecido em um dos seus “carimbós” (festas dançantes com acompanhamento musical de tambores) no ano de 1892. *Folha do Norte*, 28 de março de 1897, p. 1, Tipos Populares, A Tia Chica.

³ Grupos corais que apresentavam canções natalinas diante de presépios de casas abastadas, capelas, igrejas e em arraiais de festas de santo. Especialmente atuantes no ciclo festivo natalino, as pastorinhas eram grupos performáticos dirigidos por mulheres idosas responsáveis por reunir e coordenar a atividade artística de mulheres jovens devotas ao Menino Deus. Ver Salles (1994).



“Galeria de Tipos Célebres”. A partir da crônica sobre tia Matilde, o título passou a ser “Galeria de Tipos Populares”.

Estas mesmas crônicas foram reproduzidas, com algumas alterações, na série Tipos Populares publicada na *Folha do Norte* a partir de abril de 1896. Importa destacar que as alterações foram feitas por João de Deus do Rego com três objetivos principais: tornar os textos menos carregados com qualificativos racistas ao se identificar os personagens referidos; evitar relatos que sugerissem expressões ou imagens sexuais; não citar nomes de pessoas das elites regionais implicadas com histórias consideradas pelo autor como pouco decorosas.

Serão analisadas neste artigo apenas as crônicas que focalizavam mulheres negras e mestiças, recorte que nos permite abordar de forma mais detida o tema das relações de gênero. Registros de outros literatos e artistas do mesmo período serão também aqui analisados, como se verá a seguir, apresentando-se a orientação metodológica adotada no trato dessas fontes.

As tias negras e a moralidade sexual a partir das folhas da imprensa

No texto de 7 de maio de 1896, da *Folha do Norte*, o autor informava que conhecia tia Matilde havia mais de quinze anos. A cena corriqueira de sua conhecida era a presença diária no mercado municipal, em sua venda de peixe, trabalhando ou deitada sobre o assoalho com um banquinho como travesseiro, ou sentada fumando cachimbo. A vestimenta da vendedora: “um ramo de jasmims fincado no cabelo sempre bem penteado e luzente, camisa rendada de grandes mangas de tufo e saia de boa chita ramalhuda” (Folha do Norte, 7 de maio de 1896, p. 1, Tipos Populares: A tia Matilde, Rainha do Mercado).

Rego exalta a figura de tia Matilde como um personagem forte, que se mostrava sempre com o “cenho carregado” e que se relacionava de forma dura com as moças que trabalhavam ou que circulavam pelo mercado. A estas, tia Matilde chamava de “corja de acesas”, como forma de rebater na mesma linha a difamação dissimulada pelas mesmas moças que a chamavam de “velha assanhada” em sua ausência. Viúva de um comerciante conhecido como Pancada, tia Matilde era uma mulher dotada de



grande independência, tanto financeira, por ter segundo Rego “um pecúlio bem gordo”, quanto em termos amorosos.

Segundo o cronista, quando moça, Matilde teria amado “delirantemente com todas as dedicações possíveis”. Este é um fato de grande importância na crônica de Rego, porque mulheres trabalhadoras como tia Matilde escapavam ao “estereótipo feminino de submissão, recato, delicadeza e fragilidade” (Soihet, 1997, p. 367). Mais do que isso, sua presença laboral em um espaço público, assim como de suas demais colegas do mercado, era certamente vista pelos leitores das crônicas de Rego como uma impropriedade. Vale lembrar que a então muito conhecida escola positivista italiana de criminologia, representada pelos estudos de Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, defendia, na mesma época, o controle e a disciplinarização moral das mulheres trabalhadoras interessadas em interações livres com o sexo oposto (Soihet, 1997, p. 363).

Concepções hegemônicas como essa cruzaram, em algum grau, a apresentação de mulheres trabalhadoras como tipos populares feita por Rego. Conversas aprofundadas sobre a vida amorosa de tia Matilde, por exemplo, forneceram elementos para a construção de um perfil extravagante para a personagem. Por isso, Rego caracteriza a vendedora como uma mulher que, apesar da idade, tendia a se enamorar facilmente por homens mais jovens. Mais ainda, afirma o autor que as histórias de amor da comerciante eram de conhecimento público, provavelmente dos seus e das suas colegas de trabalho no mercado:

(...) Toda a vez que no seu caminho encontra uns olhos vivos, uns cabelos pretos anelados, uma tez morena de homem, que lhe façam umas certas cócegas. É capaz de dar tudo para possuí-lo e para nunca mais perdê-lo. Fatos públicos de sua vida, lances de amor heroico por ela praticados nesta cidade, asseveram tudo quanto levo dito no período supra. Se o amante disser-lhe, numa hora de idílio, no momento em que o coração dela estiver por causa dele banhando-se na torrente das doces ternuras: - Meu bem, você é capaz de dar pra o seu *caboco* aqueles dez contos que estão no banco e aquela casinha da rua dos Martyres? – A tia Matilde, esquecida da porção de anos de que precisou para acumular aquela importância e para comprar o prédio cobiçado, cingindo-lhe o pescoço nervosamente: - Meu preto, é tudo seu.
(Folha do Norte, 7 de maio de 1896, p. 1, Tipos Populares: A tia Matilde, Rainha do Mercado / Grifo do Autor)

Rego afirma que tia Matilde já teria repassado dinheiro e propriedades para amantes do passado, mas essa é a uma alegação pouco factível, porque a



comerciante, segundo o mesmo autor, mantinha as suas finanças poupadas em ordem. O que podemos depreender disso é o esforço do cronista por destacar o contraste entre a vendedora sisuda e a amante calorosa que se deixava enredar por interesseiros (“galanteadores”). Há também no trecho acima destacado a ênfase no personagem do amante negro, o homem de tez morena, de cabelos pretos anelados, apresentado como o par ideal da “Velha Carafuza”, conforme denominação do próprio Rego.



Cafusa Pará – 1875
Foto de Felipe Fidanza

O fotógrafo português Felipe Fidanza⁴ produziu, entre os anos de 1869 e 1875, fotografias chamadas “cartas de visita” (formato 5,5 x 9,2 cm) para a coleção do geólogo alemão Moritz Alphons Stübel. Mais de 1600 fotos de pessoas da América Latina, sob o rótulo de “imagem-tipo” (*Typenbilder*), foram colecionadas por Stübel

⁴ “Fidanza, português natural da cidade de Lisboa, (...) tornou-se a maior expressão da fotografia no Pará. Sobre sua chegada ao Brasil, especificamente em Belém, não se tem registro, entretanto os anúncios de suas atividades começaram a aparecer no ano de 1867, como retratista *photographo*, tendo à época aproximadamente 20 anos e já se dedicava à fotografia. Destacou-se profissionalmente a partir das produções, não só como retratista, mas também pelas de paisagens urbanas. Seu primeiro trabalho a ganhar destaque em âmbito nacional foram as fotografias que documentaram os preparativos da chegada de D. Pedro II a Belém, no ano de 1867. (...) Em janeiro de 1903, foi divulgado o suicídio do fotógrafo ocorrido quando retornava a Belém no vapor Christiania. Provavelmente teria se jogado ao mar no momento em que estava às proximidades das ilhas da Madeira e Canárias” (Sarges; Pereira, 2011, p. 14-19).

nas décadas de 1860 e 1870⁵. Nessa linha, Fidanza realizou 9 registros de homens e mulheres negros e indígenas da Amazônia brasileira, que foram enviados para Stübel e apresentados como “modelos-objetos” típicos, tidos como caracteristicamente selvagens e exóticos do mundo tropical (Pereira, 2022, p. 80-81). As fotos de “índios, caboclos, cafuzos e mulatos” foram construídas pelo fotógrafo em estúdio reforçando-se uma visão do exótico desses sujeitos como caracterizados por vestes, adereços, cor da pele, textura do cabelo, pés descalços e atividade laboral fortemente identificados com a escravidão.

Na foto de Fidanza acima, pertencente à coleção de Stübel, é apresentada a figura da Cafuza, que lembra a descrição que Rego faz de tia Matilde, com flores no cabelo. Outros elementos se destacam na ornamentação da modelo como os brincos, colar e pulseira⁶. Mas o que se ressalta são as marcas do trabalho que a foto posada sugere: os pés descalços típicos dos trabalhadores negros e pobres, e o prato apoiado na altura da cintura, que indica a função de vendedeira ou de empregada doméstica. A figura representada por Fidanza e por Rego, por diferentes meios, invoca a peculiar associação entre raça e trabalho, bem como a convivência com outros trabalhadores negros no dia a dia de labuta pelas ruas e mercados, geradora de relações amorosas como as experimentadas por tia Matilde ao longo de sua viuvez.

Do ponto de vista dos críticos da mestiçagem no Brasil do final do XIX, a degeneração vivida por gente de cor como tia Matilde seria também de ordem moral. Mulatos e cafuzos seriam impulsivos, indolentes e, no caso das mulheres, transbordava uma sexualidade exacerbada expressa pela inclinação a perversões sexuais. Segundo essa visão, o interesse pela magia teria correspondência com inclinações para a volúpia e a luxúria (Pereira, 2020, p. 134). As ideias de intelectuais que viam a miscigenação no Brasil como forma de declínio moral provavelmente eram conhecidas por círculos de literatos e jornalistas como os frequentados por João de Deus do Rego e, por certo, contribuíram para avaliação que fez da vida amorosa de tia Matilde.

O tipo de relacionamento descrito pelo cronista se mostrava para ele como fadado ao fracasso, porque uma vez não atendida a cobiça financeira do amante, o

⁵ Imagens disponíveis no site do Leibniz Institut für Länderkunde: <https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browse.tt.html>

⁶ Leibniz Institut für Länderkunde. Ver: <https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browse.tt.html>



resultado seria o encerramento do romance. Rego descreve um encontro com tia Matilde após alguns dias desde o desaparecimento de um enamorado da comerciante. A personagem é apresentada como “coberta de luto” e repleta de dor. Teria respondido à pergunta sobre o desaparecido de uma forma que comovera o escritor: “- Ah! Meus menino; nem me fale nisso... Ele era a luz dos meus olhos! Exclamou tapando o rosto com ambas mãos, enquanto lágrimas abundantes gotejavam-lhe das pálpebras” (Folha do Norte, 7 de maio de 1896, p. 1, Tipos Populares: A tia Matilde, Rainha do Mercado).

A cena relata o que seria uma experiência própria de mulheres trabalhadoras, uma peculiaridade de gente comum que, segundo Rego, não tinha “outro cabedal senão os conhecimentos práticos do meio em que vive”. Diferentemente dos rituais burgueses apreciados em fins do século XIX que gerenciavam o amor romântico e demandavam o monitoramento familiar de namoros e noivados, bem como a efetivação do casamento de homens e mulheres jovens e a vida celibatária de mulheres viúvas, o mundo dos trabalhadores autônomos e assalariados na mesma época orientava-se por outros princípios relativos às relações amorosas. Por exemplo, segundo Cancela (2011, p. 255), para a gente pobre da Belém do final do oitocentos, o fim das uniões materializava-se efetivamente com o encerramento da coabitação, tal como provavelmente ocorrera com tia Matilde.

Casos como gravidez de mulheres solteiras e adultério poderiam ser melhor entendidos por meio das revelações de uma cartomante, por exemplo. Não por acaso, os partidários da tese da degeneração racial por meio da mestiçagem acreditavam que interesse pela magia e inclinação à luxúria eram fatores combinados que assolavam as mulheres mestiças. Em sua crônica sobre tia Carolina, João de Deus do Rego reporta casos em que ela trabalhou como curadora e como cartomante em lugares como o mercado público e uma taverna.

Em ambas as situações estão presentes histórias de mulheres que envolvem experiências sexuais. Na primeira, o autor menciona a história de uma “mulatinha nova” por ele descrita como “esbelta e tentadora” que frequentava o mercado pelas manhãs, “com seu raminho de jasmims atrás da orelha, paletó e saia de rendas e tiras bordadas, toda rescendente a cipó-catinga, priprioca”. A apreciação do autor, interessada pela beleza da jovem, prepara o leitor para entender por que a moça, quando vinha ao mercado, era “varada pelos olhares cupidos da caixeirada de bem



gosto” (Folha do Norte, 10 de maio de 1896, p. 1, Tipos Populares: A tia Carolina, Macaca de Cinto).

Rego informa que ela adoecera e que os médicos não conseguiram restituí-lhe a saúde. Por orientação de outras trabalhadoras do mercado, a jovem foi encaminhada para os cuidados de tia Carolina. Na ocasião relatada pelo cronista, a curadora septuagenária chegara à porta de mercado acompanhada por “quatro moleques que vieram perseguindo-a com uma berraria infernal”, com ofensas racistas⁷. Após passar uma descompostura nos seus assediadores, tia Carolina foi apresentada à doente, para, em seguida, apalpá-la, cheirá-la e olhá-la fixamente. Após isso, a curadora retirou-se para um cômodo próximo onde se pôs de joelhos. Levantou-se em seguida e declarou que a enferma não tinha cura e que fora acometida de “mau olhado de uma cobra grande, ali pras bandas da Pratinha e agora à tarde” (Folha do Norte, 10 de maio de 1896, p. 1, Tipos Populares: A tia Carolina, Macaca de Cinto).

Conforme Maués (1990, p. 103-104), mau-olhado de bicho, como a “cobra grande”, corresponde à fixação do olhar do ser encantado sobre a cabeça de uma vítima que passa por um rio, uma área de mata ou de mangue, de forma descuidada, desrespeitosa ou em estado físico de vulnerabilidade. O mau olhado constitui a imposição de uma força mágica que gera enfermidade. Segundo Maués (1990, p. 42), são consideradas pelas populações amazônicas do mundo rural como doenças não-naturais, como as causadas por mau olhado de bicho, quando elas se mostram resistentes ao tratamento médico convencional. Crenças como essas compõem, de longa data, o cenário heterogêneo e multifacetado do repertório das artes de cura tradicionais na Amazônia.

Com base nos dados expostos por Maués, é possível considerar que a jovem acometida por mau olhado de cobra grande, ocorrido nas “bandas da Pratinha”, área de matas e igarapés na época, estivesse em uma situação física de vulnerabilidade, como a gravidez, por exemplo. Talvez por isso tenha ela sido um alvo preferencial para o desejo do encantado de castigar uma passante desavisada. O relato de Rego

⁷ Prática recorrente de crianças dedicadas à brincadeiras de ruas, acostumadas a escarnecer pessoas consideradas extravagantes, principalmente aquelas de pele escura. Tia Carolina costumava ouvir de grupos de crianças nas ruas o apelido de Macaca de Cinto, gritado à exaustão. Sobre isso, ver o conto “Tia Carolina” publicado no livro de Alfredo Ladislau (1904).



não reporta que a moça estivesse grávida, mas as repetidas menções à sua beleza e à enfermidade incurável abrem caminho para que se considere essa possibilidade.

O segundo exemplo de Rego sobre as artes ocultas de tia Carolina menciona o dia em que a encontrou “botando as cartas numa taverna”. A cartomante estava ali à serviço do merceiro, descrito por Rego como “um tipo nédio e imbecil”, interessado em saber aonde sua amásia ia todas as noites. O cronista apresenta a companheira do taverneiro como “uma cabocla carnuda e faceira”, o que na construção da crônica reforça implicitamente a suspeita de adultério, por ser aquela uma mulher que circulava pela cidade à noite. Afinal, no contexto de fins do século XIX e início do XX no Brasil, o homem era tido socialmente como o legitimador da honra feminina (Soihet, 1997, p. 389). Neste caso, os juízes deste tipo de honra seriam tanto o merceiro como o cronista, a partir do que seria revelado pela prática divinatória:

A tia Carolina estendera as cartas sobre o balcão e à proporção que as ia retirando das respectivas fileiras dizia a meia voz, destacadamente, estas palavras:

- *Por esses caminhos... com muitos dinheiros... esta mulher está pensando neste homem com cinco sentidos... por causa destes fandangos... por camas e redes, etc.*

Assumindo ares extraordinários, a tia Carolina explicou:

- Esta *sota de copas é ela*; este *rei de espadas* é um preto da companhia com quem ela vai e estes *cinco de ouros* é o dinheiro que ele dá pra ela.

O taverneiro, encolerizado, soltou um urro e dando a tia Carolina uma cédula de 500 réis, zarpou para os fundos da tasca, disposto a ajustar severas contas com a infiel camarada.

(Folha do Norte, 10 de maio de 1896, p. 1, Tipos Populares: A tia Carolina, Macaca de Cinto / Grifos do Autor).

A descoberta da cartomante é prontamente reconhecida pelo taverneiro e pelo escritor como a realidade do que fazia à noite a “infel camarada”. Estava então posta em questão uma possível ação violenta contra a amásia, numa época em que autoridades públicas demonstravam grande tolerância com atos violentos masculinos em defesa da honra (Caulfield, 2000). O que não se considerava era a busca de mulheres pobres por “direitos iguais aos dos homens com quem conviviam” (Soihet, 1997, p. 398), estes que, em muitos casos, desfrutavam da possibilidade de ter relações extraconjugais sem qualquer temor de punição. Dentre outros fatores, situações de precariedade material poderiam levar mulheres jovens a outras relações amorosas baseadas em melhores condições financeiras, como o caso apontado pelas



cartas que supostamente diziam que a jovem se ligara a um “preto da companhia” que lhe dava dinheiro.

Mas o foco do cronista era a disposição moral das mulheres negras e pobres. Após os relatos sobre os trabalhos de tia Carolina no mercado e na taverna, Rego se volta para outro perfil daquela mulher “tipo popular”, que ele qualifica como sendo “alcoviteira astuta e inteligente”. Segundo ele, tia Carolina era sabedora dos “*podres* de todas as mulatas de tom e de muitos velhotes com pretensões a circunspectos”. O boato disseminado, conforme a crônica, era de que a idosa permitia encontros amorosos em seu casebre, “sob cujo teto [ocorriam] as mais trágicas e mais ternas cenas de amor”, numa sala “toda forrada de alto a baixo com gravuras representando todos os santos da Igreja” (Folha do Norte, 10 de maio de 1896, p. 1, Tipos Populares: A tia Carolina, Macaca de Cinto / Grifos do Autor).

Rego destaca, de forma irônica, o que seria uma boa qualidade da alcoviteira: a capacidade de guardar segredos, especialmente garantida pelo pagamento de generosa quantia. E como um alerta para os seus leitores preocupados com o silêncio da idosa, Rego reforça que se ela quisesse falar sobre “certas coisas”, geraria muita discórdia conjugal e abalaria muita reputação. Esse “poder dos fracos”, em potencial no caso de tia Carolina, uma mulher negra idosa egressa da escravidão (como afirma o cronista), guardiã da reputação de alguns homens brancos poderosos, lembra a menção de Perrot (1988, p. 206) de que a “fala [pública] da mulher do povo”, quando por algum motivo vem à tona, “é prenhe de subversão”.

Tratava-se, portanto, de um papel socialmente reconhecido, embora moralmente reprovável. O atenuante era o fato de que a responsável pelo encobrimento dos casos de adultério masculino era uma mulher negra idosa ridicularizada por meninos nas ruas. O jornal humorístico *Binóculo*, que se dedicava a patrulhar o comportamento de profissionais do meretrício e demais casos que envolvessem mulheres e escândalos morais, publicou em 24 de junho de 1897 uma nota sobre a chegada do Dia de São João. No texto, são mencionadas as diversas formas de busca dos entusiastas desse dia pela felicidade, dentre elas, está a ida à casa de tia Carolina.

Amável leitor. Chegou enfim a tão desejada quão popular festa de São João. O que vais fazer durante tantas horas de pândegas e de folgedos? Não sabes.



Pudera, são tantas as coisas! Pois, agarra-te a uma coisa, não fiques quedo de lado.

Olha, uns vão ao banho ou passear, a contar quantos balões sobem, quantas... pernas bonitas saltam a fogueira tradicional; outras ficam em casa, com as pequenas, a queimar... fogos de bengala; outros metem-se nos sambas, nos bailes, no caxambú e nos cemitérios; (livra!) ainda outros, lá vão a procura da felicidade em casa da tia *Carolina Macaca* ou da tia *Anna das Palhas*.

(Marangoni. "Dia de São João". *O Binóculo* – 24 de junho de 1897, p. 1 / Grifos do Autor)

Em acordo com o teor sarcástico e moralista do jornal, o autor coloca em pé de igualdade a ida a arraiais juninos (como o de tia Anna das Palhas, no bairro do Umarizal), locais de banho público, sambas, bailes, danças africanas (caxambu), cemitérios a encontros amorosos secretos na casa de tia Carolina, apelidada maliciosamente pelo jornalista de Macaca. Esta era aliás uma marca do jornal dedicado a ridicularizar as mulheres prostitutas e os homens do povo ligados a ela: o uso de expressões preconceituosas de modo enfatizar a subalternidade dos que eram apresentados nas notícias.

No conto intitulado "Em que deu o negócio", do livro *Cenas da Vida Paraense* do escritor Alfredo Ladislau⁸, o jornal *Binóculo* é comparado às bengalas dos pais (na cidade) e aos encantados das matas (no campo) na sua função de afugentar os pretendentes de moças de família à prática de imoralidades (Ladislau, 1904, p. 140). Outros jornais da época, embora sem a especialização do *Binóculo*, também se dedicavam à vigilância moral, expressa de modo severo especialmente quando se tratava de casos que envolviam pessoas negras e pobres.

Exemplo de muitas outras notas jornalísticas de igual teor é o breve relato na *Folha do Norte* de 1 de novembro de 1896 (p. 2), sem autoria identificada, sobre a história de amor e traição que envolveu Manoel André dos Santos, de 60 anos, Maria Rita e Ignácio Ramos. Os três são apresentados como pessoas pretas, com destaque para a descrição maliciosa de Maria Rita, "crioula um tanto boa, pretinha, fartas ancas, olhos brejeiros". A moça abandonara Manoel André para "assumir relação com Ignácio

⁸ Ladislau nasceu no Ceará em 1882 e transferiu-se para Belém em 1898, aos dezesseis anos. Diplomou-se em direito em 1908 e passou trabalhar na imprensa como revisor e colaborador de revistas. Atuou também como promotor público e juiz em comarcas de diversos municípios paraenses (Furtado, s.d., p. 5). Faleceu em 1934 aos 52 anos de idade. Publicou três livros: o primeiro, "Cenas da Vida Paraense", de 1904; o segundo, "Código Civil Brasileiro Aplicado por Tribunais e Juizes da República" lançado em 1921 no Rio de Janeiro; e o terceiro e seu mais conhecido trabalho, "Terra Imatura", de 1923, ensaio de perfil etnológico sobre a realidade amazônica resultante de suas viagens ao Baixo Amazonas (Furtado, s.d., p. 6, 7).



Ramos”, cujo apelido era “Pão Branco”, descrito como “preto, esguio e fino como um chuveiro”. Este seria o motivo do desassossego de Manoel, apresentado como “meio alquebrado e macambuzio”, mas “capaz de vender até a última camisa” por sua amada.

O caso revela a autonomia das mulheres trabalhadoras em meio a predominância social de valores patriarcais no que se referia às relações amorosas. Na linha de interpretação de Soihet (1997, p. 398), Maria Rita foi uma mulher que empregou táticas de modo a garantir seus próprios fins à despeito da dominação simbólica masculina. O desfecho da história no veículo de imprensa, no entanto, foi reportado como uma espécie de simples arruaça: quando os três se encontraram, Maria Rita esbofeteou André e gritou por socorro. O arremate da história tem uma intenção moralizadora exemplar, ao destacar que os três foram presos pelo subprefeito Rocha “que mandou conduzir para o xilindró aquela ilustre *trilogia*” (Folha do Norte, 1 de novembro de 1896, p. 2 / Grifo do Autor). Isto ocorrera numa época em que entrar e sair da detenção policial, sem enfrentar processo, era uma experiência costumeira de pessoas negras pobres (Dias, 1997, p. 329).

Mas gente do povo também projetava os seus princípios morais sobre o comportamento de pessoas brancas e abastadas. É o caso do relato de Rego sobre uma experiência traumática da parteira mãe Faustina. Apresentada pelo cronista como a “decana das nossas ginecólogas práticas”, teria ela iniciado a sua profissão aos trinta anos de idade, ajudando a trazer ao mundo não apenas filhos de trabalhadores pobres, mas também de gente das elites de então, como “bacharéis, médicos, engenheiros, clérigos, capitalistas, industriais, banqueiros e comerciantes que hoje são favorecidos pela fortuna” (Folha do Norte, 17 de maio de 1896, p. 1, Tipos Populares: A mãe Faustina).

A parteira octogenária, por certo, fazia parte de um tipo de arranjo familiar possível entre gente trabalhadora, em que as mulheres tinham um papel preponderante no sustento da família. Aliás, como aponta Soihet (1997, p. 379), no contexto das primeiras décadas do pós-Abolição, as mulheres teriam mais facilidade de vender os seus serviços de forma autônoma, a despeito das possibilidades mais restritas para o trabalho masculino assalariado. Com isso, mulheres como tia Matilde, tia Carolina e mãe Faustina estariam longe do enquadramento moralista associado à passividade feminina, quer fosse no ambiente de trabalho, quer na vida doméstica.



Exemplo disso é o caso detalhado na crônica sobre o sequestro sofrido por mãe Faustina para realizar um parto sigiloso de uma adolescente na casa de uma família de pessoas brancas e de posses. Apesar da experiência traumática vivida pela parteira, dada a ameaça dos sequestradores contra a sua vida (para que guardasse o parto em segredo), a idosa recusou o pagamento de cem mil réis pelo seu serviço. Nada interessada em responder se a criança recém-nascida era branca (tom de pele por ela apelidado de “Obra do Rio”) ou negra/mestiça (por ela chamada de “Obra de Marajó”), mãe Faustina afronta os seus raptos com a reprovação do acontecido, qualificando-o como “obra de pouca vergonha”.

Em outras palavras, a possível pretensão de encobrir a gravidez de uma jovem de treze anos e o seu desfecho na forma de parto seria para a experiente parteira uma demonstração de imoralidade. Tratava-se, provavelmente, de coisa incompatível com os valores admitidos no mundo das mulheres trabalhadoras com quem convivia mãe Faustina no seu dia a dia de circulação pela cidade. O fato da história exemplar narrada por Rego ressaltar as distinções raciais e de classe demonstra a percepção do autor das nuances vigentes no campo das avaliações morais em torno do comportamento de mulheres de diferentes estratos da sociedades, inclusive aqueles dos setores dominantes.

Um caso que ilustra essas nuances está presente na crônica de Rego sobre a atividade do diretor do Cordão de Pastorinhas Estrellas do Oriente. Marcos de Brito é descrito como dirigente enérgico e que, por isso, segundo o cronista, recebia o respeito das “carafusas”. Ao mesmo tempo, o “mestiço vivaz e inteligente”, segundo o autor, não descuidava da vigilância do comportamento das suas camaradas dentro da sede do cordão. Um caso relatado por ele fora a descoberta do dirigente de que “algumas sócias andavam a falar mal da sociedade”. Diante da notícia, Brito reagiu de forma veemente:

Descaradas, em vez de estarem trabalhando para o alevantamento da sociedade; tratam é de falar mal dela. São assim mesmo, quando não estão de mãos nas cadeiras (e ele pôs as mãos nas cadeiras saracoteando o posterior imitando as delinquentes que zurzia) a descompor umas às outras. Olhem, andem direito comigo senão eu mando o capitão Mattos dar com o costado de vocês em São José. (*Folha do Norte*, 13 de maio de 1897, p. 1, Tipos Populares: Marcos de Brito).



A gravidade da reprimenda estava na ameaça última de denunciar as maledicentes a um capitão de polícia que as supostamente levaria para a Cadeia Municipal de São José. A reclamação do dirigente era de que as jovens que assumiam no cordão o papel de pastorinhas nem sempre mostravam o devido comprometimento com a associação, quer por maldizê-la, quer por brigarem entre si. Apesar da majoritária presença feminina no cordão, a atuação de dirigentes masculinos como Marcos de Brito e provavelmente como o próprio João de Deus do Rego (orador e sócio benemérito do grêmio), tendia a orientar-se no sentido do controle e da vigilância do comportamento entendido como feminino. Neste particular, as práticas de interação social e o próprio corpo das mulheres seriam objeto de recriminação por parte de dirigentes homens, que se concebiam como dedicados ao êxito da sociedade.

Mas essa tendência para a fiscalização do comportamento das consócias não alcançava, evidentemente, a mulher idosa fundadora do Cordão das Estrelas. Como destaca Rego em sua crônica sobre Francisca Maria da Conceição, apenas apresentada no texto como tia Chica, tratava-se ela de mulher acostumada a grande liberdade na vida amorosa. A segunda parte do texto do cronista se dedica a relatar relações afetivas daquela mulher por ele descrita como “simpática (...) [com] aquela opulência de quadris, que é um dos elementos constitutivos da plástica da sua raça” (*Folha do Norte*, 28 de março de 1897, p. 1, Tipos Populares: A tia Chica).

João de Deus apresenta alguns aspectos raciais de tia Chica como característica do corpo feminino, de modo que se oculta assim, de forma complementar, a negritude miscigenada (e masculina) do literato/jornalista. O complemento desse atributo racial seriam então, pela lógica do autor, os seus afetos amorosos e sexuais, equilibrados por um “temperamento dócil e brando” e por um caráter “expansivo e ingênuo”. Este equilíbrio apenas seria abalado em casos de infortúnios que envolvessem relações amorosas.

Uma dessas situações é reportada por Rego: uma grande amiga de tia Chica, em 1858, veio a “apoderar-se de um mestiço simpático e ousado que lhe fazia as delícias da existência”. Decidida a responder à deslealdade da amiga, a jovem Francisca pensou em agredi-la com “uma mão de pilão”, mas não teve coragem. Escolheu viajar para o interior do estado em busca de um pajé, para que este “deitasse à amiga infiel um *aborrecimento*, uma *mandinga* qualquer, contanto que ela desaparecesse da face da terra”. Após quinze dias de permanência na casa do pajé,



segundo Rego, a ofendida esquecera a traição e se tornara “fiel da casa”, isto é, pessoa filiada às atividades devocionais e de cura do centro de pajelança, além de experimentar os “constantes, mas ocultos cuidados do *sinhô*” (*Folha do Norte*, 28 de março de 1897, p. 1, Tipos Populares: A tia Chica / Grifos do Autor).

De acordo com o cronista, esses acontecimentos se deram antes da fundação do cordão de pastorinhas. Nos anos da juventude de tia Chica, assim como ocorria com outras jovens negras e pobres do seu tempo, ela praticava, em suas experiências amorosas, valores e comportamentos divergentes da moralidade burguesa. Viver maritalmente sem casamento, enfrentar a possibilidade da saída repentina do cônjuge do lar, buscar forças mágicas para reconquistar o amado ou para punir a pessoa responsável pela dissolução do par amoroso, dentre outros, constituíam opções e escolhas socialmente estabelecidas entre pessoas das classes trabalhadoras, marcas da plasticidade dos relacionamentos (Cancela, 2011, p. 237).

Nesses casos, a mulher desempenhava um papel ativo na condução de sua vida amorosa e experimentava um grau considerável de autonomia no trabalho, na busca por diversão e na interação com outros homens e mulheres em lugares públicos. É o caso da orquestra⁹ de carimbó que João de Deus do Rego presenciou na casa de tia Chica, conforme sua crônica. O grupo instrumental seria composto por “quatro ou cinco mulheres e outros tantos homens cavalgando em barris”. A cena do final do século XIX mostra um arranjo pouco comum entre tocadores de carimbó ainda hoje: a presença marcante de mulheres na execução dos tambores.

As percursionistas batiam as mãos bem abertas no “couro retesado” e acompanhavam cantigas que estimulavam os presentes a “requebrarem-se” e fazerem “meneios”. Rego compara a dança incentivada pelo batuque nos curimbós a “orgias pagãs” dos primórdios greco-romanos, marcadas por dançarinos com “posturas lascivas”¹⁰. Mas os comentários dos presentes, registrados pelos cronistas, revelam a atmosfera festiva afro-brasileira: “requebra assim, mulata”, “ó cafuza lustrosa, desmancha bem isso” (*Folha do Norte*, 28 de março de 1897, p. 1, Tipos Populares: A tia Chica).

⁹ Termo destacado pelo autor em itálico, o que sugere o seu uso de forma irônica, especialmente porque se refere aos curimbós, tambores da tradição musical afrobrasileira sem qualquer vinculação à atividade de orquestras à moda europeia.

¹⁰ Sobre a perspectiva racializadora associada à suposta imoralidade do corpo da mulher negra em batuques em Belém no final do século XIX ver Zacarias (2024).



A marca racial enfatizada pelo escritor associa a expressão musical, no entanto, menos à efervescência pagã greco-latina e mais às supostas plangência e tristeza de matriz africana, marcadas por toadas melancólicas e monótonas, características dos “cantos populares” segundo Rego. No entanto, a letra de canção apresentada na crônica nada tem de triste ou de chorosa. Ao contrário, o carimbó cantado na casa de tia Chica aparece no escrito como “picaresco” e “original”:

Não caso com maranhoto
Porque tem o sapato roto
Olé, olô
Não caso com maranhoto

Não tenho medo da onça
Nem da pinta que ela tem
Tenho medo da mulata
Quando chega a querer bem
(*Folha do Norte*, 28 de março de 1897, p. 1, Tipos Populares: A tia Chica)

Personagens populares são invocados nos versos destes carimbós. O maranhoto, homem pobre vindo do estado do Maranhão, não seria um bom partido para a personagem feminina que entoia a canção. O seu sapato roto funcionaria como atestado de pobreza, condição certamente partilhada por muitos homens e mulheres que se transferiram do estado vizinho ao Pará naquela década de 1890, em busca de oportunidades de trabalho ensejadas pela expansão do comércio da borracha (Weinstein, 1993).

Já a segunda estrofe expressa a voz masculina falando de outro personagem, a mulata, no sentido de mulher negra jovem e atraente em termos sexuais. Trata-se do mesmo trecho cantado pelo personagem Manuel presente no primeiro capítulo de “A Vida na Roça”, livro de contos rurais lançado pelo escritor Juvenal Tavares¹¹ em Belém em 1890. Surgida como crônicas publicadas no diário *A Província do Pará*, a sua reunião em volume foi organizada por Tavares com o objetivo de divulgar os

¹¹ Luiz Demétrio Juvenal Tavares foi escritor e jornalista paraense nascido em Cametá-PA em 1850 e falecido em Soure-PA em 1907. Militou em jornais socialistas e liberais da imprensa paraense em prol da república e da abolição da escravidão, apesar de ter origem numa família branca e escravocrata. Publicou livros de poemas e de contos orientados para o tema folclórico. Foi um dos primeiros literatos paraenses a apresentar personagens negros em seus escritos. Destacam-se dentre suas obras: *Viola de Joanna, versos sem arte* (1888); *Versos Antigos e Modernos* (1889); *A Vida na Roça, por Canuto o Matuto* (1890); e *Serões da Mãe Preta* (1897). Para uma biografia de Juvenal Tavares ver Barbosa (1979).

costumes, a fala e o modo de vida das populações camponesas da região Baixo Tocantins.

No conto de Tavares, o personagem Manuel, descrito como um elegante mestiço “em que era difícil distinguir-se o caboclo ou o mulato”, estava na casa de seus pais na margem de um rio quando ouviu o disparo de uma “ronqueira” (espingarda rústica), que anunciava o pernoite da romaria do Divino Espírito Santo na casa do Capitão Fabrício. Como era sabido na região, a presença noturna de devotos de santos em casas de particulares significava a ocorrência de uma noite de festa dançante, em que a estrela maior era o lundum, antes do que seriam realizados a ladainha e o banquete (Tavares, 1890, p. 11-12).

Manuel vestira-se à caráter para se dirigir à festa, calça branca e camisa de lã escarlate. Partiu então em sua canoa, conhecida nos rios amazônicos como montaria, em direção à festa onde provavelmente encontraria Joanna, uma “bela mulatinha de cabelinho na venta”. Durante a viagem, quando a canoa “deslizava como um réptil”, Manuel cantava com voz “vibrante” e “maviosa”:

Não tenho medo da onça
Nem das pintas que ela tem
Tenho medo da mulata
Quando chega a querer bem
(Tavares, 1890, p. 13)

O mesmo trecho de canção, divulgado por Tavares em 1890 (e certamente antes disso, em seu folhetim em *A Província do Pará*) fora encontrado por Rego alguns anos depois no carimbó da tia Chica ou fora inserida pelo autor em sua crônica, como modo de enriquecer a história relatada. Deve-se considerar, de toda forma, que tanto num caso como no outro, temos a invocação da mulata, mulher jovem negra e atraente, como dotada de autonomia no campo amoroso, tanto que se tornava causadora de temor entre seus pretendentes.

É certo que tal referência tem um sentido satírico e ressalta a significação quase animalesca da sensualidade da mulher negra. Seria algo passível de ser cantado em rodas de carimbó ou em festas de santo no interior, de modo a exaltar um papel socialmente típico representado por algumas mulheres em contextos festivos. Trata-se da figura da jovem sedutora e, por isso, selvagem, “mulher de cabelo na venta”, que enredava os homens incautos em seus encantos. Essa mulher socialmente ativa



corresponderia a uma caracterização do feminino no universo popular partilhada por escritores como João de Deus do Rego, Juvenal Tavares e outros da sua geração.

Mas a liberalidade cantada no carimbó tocado na casa de tia Chica não seria, oficialmente, a marca da experiência pública, em eventos natalinos, das pastoras do Cordão das Estrellas do Oriente. Segundo Rego, antes e depois das apresentações (teatrais e de canto) em casas de particulares ou em espaços públicos, a fundadora da agremiação não perdia de vista as “consócias mais bonitas”, além de recomendar que elas não rissem ou se “enfaceirassem” pelos “apresentamentos dos rapazes”. Tal preocupação revelava, no entanto, que essa era a tendência comportamental vinculada às exhibições. Para a criadora do cordão, isto seria uma pouca vergonha supostamente incomum nos tempos pretéritos, como destaca o escritor.

A preocupação com o comportamento das moças do cordão correspondia, certamente, ao zelo de seus dirigentes com a reputação da associação, sempre ameaçada por possíveis julgamentos morais estampados nas folhas jornalísticas. Por isso, a conquista de prestígio, de respeitabilidade e de visibilidade social de tia Chica, mulher negra idosa e egressa da escravidão, era um feito importante naquela primeira década após a abolição.

Chegada na terceira idade, Francisca Conceição vivia uma realidade muito diferente daquela de sua juventude quando, segundo Rego, era a “rival oculta e submissa da *senhára velha*”. Nessa época, ela seria uma “raparigota” que “podia calçar chinelos” e que era dispensada de “pagar *jornal*” por “condescendência dos senhores” (*Folha do Norte*, 28 de março de 1897, p. 1, Tipos Populares: A tia Chica / Grifos do Autor). Em outras palavras, a moça apreciada sexualmente pelos senhores brancos, por isso supostamente “rival oculta” das senhoras¹², tinha alguns favorecimentos: usar calçados e não precisar trabalhar pelas ruas no ganho.

João de Deus do Rego ouve na voz de tia Chica uma, por ele, alegada saudade dos tempos da escravidão. Essa era a leitura que ele fazia no presente da década de 1890, quando registrava os relatos de tia Chica sobre as joias de ouro que recebeu

¹² A versão de que as mulheres escravizadas abusadas sexualmente por senhores brancos eram rivais das senhoras também brancas favorece a visão hegemônica da época segundo a qual hipoteticamente as escravizadas seriam amantes voluntárias de seus proprietários. Sabe-se, no entanto, que a desigualdade diametral entre senhor e escrava eliminava qualquer possibilidade de enquadramento das relações entre eles no campo afetivo, de forma que tal acesso ao corpo da mulher negra constituía efetivamente uma modalidade de estupro socialmente e legalmente aceita, que poderia inclusive gerar filhos bastardos. Ver Davis (2016, p. 25).



de homens brancos, grillhões, anéis, cordões, pulseiras, corações, santos e figas. Para Rego, estaria nisto exposta a convivência fraternal entre senhores e escravizadas no tempo do cativo. De todo modo, a entrevistada falava dos dias de festa, quando não estava integralmente no trabalho e recebia presentes de brancos, possivelmente em troca de favores sexuais. Dizia ela que, por isso, “as brancas me botavam cada zólho...” (*Folha do Norte*, 28 de março de 1897, p. 1, Tipos Populares: A tia Chica / Grifos do Autor).

Mesmo que fosse escravizada de “estimação”, conforme o termo empregado por Salles (1988, p. 178), Francisca Conceição experimentara, por certo, as agruras do domínio senhorial e a vingança implacável das senhoras brancas. Mas, nos anos de 1890, ela não mais estaria submetida a ninguém. Criara um cordão festivo seu a partir de uma promessa ao Menino Deus, nomeara um diretor para ele e convivia com jovens negras naquela agremiação, a qual atraía positivamente a atenção de algumas autoridades públicas e de alguns homens de letras. E a boa reputação, noção particularmente ligada à ideia de decência do comportamento feminino, seria elemento fundamental para a garantia do sucesso de seu empreendimento.

Mulheres e homens negros na interface com os letrados

Os relatos jornalísticos de cunho literário produzidos por Rego e por outros autores nos permitem problematizar a produção sociocultural dos papéis masculinos e femininos como atribuição de significado ligada a relações de poder. Mas, antes de tudo, tal construção deve ser entendida como representação discursivamente constituída, cujas balizas são intersecções políticas e culturais (Butler, 2003, p. 20).

É desse modo que podemos compreender, nos textos de Rego, a promoção da caricatura de homens negros idosos que se mostram como galanteadores diante de mulheres jovens, no mercado municipal e numa irmandade religiosa. A associação discursiva entre negritude, mulheres em locais de trabalho/devoção e sua suposta licenciosidade sexual constituía um tema entre escritores interessados no registro do que entendiam como costumes populares.

Não se pretende afirmar que os acontecimentos relatados tenham sido inventados pelos autores em todos os aspectos. Ocorria, entre eles, certamente, o recurso à imaginação. Trata-se, no entanto, de compreender as molduras de julgamento moral e de narratividade jornalística/literária que presidiam a construção

desses enredos. O elemento racial, por exemplo, caracterizado nesses escritos por sua marca pigmentocrática, elegia a cor da pele regularmente como o critério identificador da subalternidade (Góes, 2022).

Em adição à raça/cor, outro filtro desta produção narrativa situava-se no plano da moralidade. Isto explica a ênfase dos cronistas nas supostas relações licenciosas e falta de decoro na convivência entre homens e mulheres negros e mestiços no trabalho e em atividades religiosas. Particularmente à mulher negra são atribuídos comportamentos orientados para a promiscuidade e para a inadaptação às modas europeias. Na esfera do trabalho, destaca-se a exotização dos ofícios tidos como subalternos de mulheres que se dedicavam a venda de alimentos e a tarefas designadas por seus senhores (e, a partir de 1888, patrões) nas ruas. As fotos de Felipe Fidanza, que apresentam mulheres negras sempre carregando objetos, sugerem a combinação entre a condição de trabalho e a marca racial.

Formas de solidariedade e de moralidade no mundo das trabalhadoras e trabalhadores negros chamavam a atenção dos literatos. Os textos de Rego revelam, em meio a seus juízos morais, a autodeterminação dessas mulheres no campo das relações amorosas e sua distância relativa ao padrão burguês e patriarcal de amor romântico. Nesses escritos, as mulheres trabalham nas ruas ou em casas particulares, organizam-se em cordões e irmandades, aparecem em festas dançantes, tocam curimbós, tomam bebidas alcoólicas e interagem abertamente com homens. Ao mesmo tempo, viviam sob as demandas e pressões sociais circundantes ligadas ao tema da honestidade sexual feminina e lidavam de modo autônomo com as imposições da moralidade hegemônica. A caracterização do popular enquanto “tipo”, intentado pelos literatos em questão, emergia, enfim, como uma construção em disputa que, no caso das relações de gênero, ia muito além da interação entre “galanteadores” e “acesas”.

Referências bibliográficas

BARBOSA, José Maria. 1979. *Na Academia: Juvenal Tavares e Azevedo Ribeiro – Traços Biográficos*. Belém: Conselho Estadual de Cultura.

BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CANCELA, Cristina. 2011. *Casamento e Família em uma Capital Amazônica (Belém 1870-1920)*. Belém: Açaí.

CAULFIELD, Sueann. 2000. *Em Defesa da Honra: moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas-SP: Editora Unicamp.

DAVIS, Angela. 2016. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo.

DIAS, Luiz Sérgio. 1997. "A Turma da Lira: sobrevivência negra no Rio de Janeiro pós-abolicionista". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan*, n. 25, pp. 327-334.

FURTADO, Lourdes. sd. *Alfredo Ladislau: uma trilha para olhar e repensar a Amazônia*. Belém: Museu Emílio Goeldi, sd. Disponível em: <https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br/arquivos/noticias/a-amazonia-entre-a-ciencia-e-a-literatura>. Acesso em 29 jan. 2025.

GÓES, Juliana Moraes de. 2022. Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil. *Reves, Revista de Relações Sociais*, vol. 5, n. 4, 14741–01i.

LACERDA, Franciane. 2006. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LADISLAU, Alfredo. 1904. *Cenas da Vida Paraense: ligeiros contos*. Belém: Typ. da Imprensa Oficial.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. 1990. *A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém: EDUFPA.

MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr. 1990. *Introdução à Literatura no Pará*. Vol. 4, Belém: CEJUP.

PEDROSA, Fábio. 2021. "Um lugar na historiografia amazonense: a trajetória de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919)". *Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM*, vol. 5, ano 2, p. 295-316.

PEREIRA, Leonardo. 2020. *A Cidade que Dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. Campinas-SP; Rio de Janeiro-RJ: Editora da Unicamp; EdUERJ.

PEREIRA, Rosa Cláudia. 2022. *Paisagens Urbanas: fotografia e modernidade em Belém do Pará (1846-1908)*. São Paulo: Dialética.

PERROT, Michelle. 1988. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



PINHEIRO, Haila. 2010. *A Apoteose de um Mestiço: debate sobre raça e literatura em torno da vida e da morte do poeta e jornalista João de Deus do Rego*. Monografia de Conclusão em História, Faculdade de História, Universidade Federal do Pará.

SALLES, Vicente. 1988. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/SECULT-FCP.

SALLES, Vicente. 1994. *Épocas do Teatro no Grão-Pará ou Apresentação do Teatro de Época*. Tomo 2. Belém: UFPA.

SALLES, Vicente. 2001. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos. Capítulos da História do Pará*. Belém: Paka-Tatu.

SARGES, Maria de Nazaré; PEREIRA, Rosa Cláudia. 2011. "Fotografia Fidanza: um foco sobre Belém (XIX/XX)". *Estudos Amazônicos*, vol. 6, n. 2, pp. 11-31.

SCOTT, Joan. 1986. "A Useful Category of Historical Analysis". *The American Historical Review*, vol. 91, n. 5, pp. 1053-1075, Dec.

SOIHET, Rachel. 1997. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano" In: PRIORI, Mary del.; PINSKY, Carla. (orgs.), *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 362-400.

TAVARES, Juvenal. 1890. *A Vida na Roça, por Canuto O Matuto*. Belém: Typ. do Livro de Ouro.

VELLOSO, Monica Pimenta. 2004. *A Cultura das Ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.

WEINSTEIN, Barbara. 1993. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec, Edusp.

ZACARIAS, Camila. 2024. "Entre Requebrados, Batuques e Liberdades: música, festa e mulher negra no imediato pós-Abolição em Belém-PA" (1888-1889). *Revista Angelus Novus*, n. 20.

ZALLA, Jocelito. 2022. *Simões Lopes Neto e a fabricação do Rio Grande gaúcho: literatura e memória histórica no sul do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH/RS.